



# Prefeitura Municipal de São Carlos

## Equipe de Apoio ao Pregão Eletrônico

1

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 260/2023  
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 2210/2022  
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 072/2023

### INTERESSADO: Secretaria Municipal de Saúde

O MUNICÍPIO DE SÃO CARLOS – PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO CARLOS, situado na Rua Episcopal, nº 1.575, Centro, inscrito no CNPJ/MF sob nº 45.358.249/0001-01, devidamente representada neste ato pela Secretária Municipal de Saúde JÔRA TERESA PORFÍRIO, brasileira, divorciada, portadora do RG nº 16.836.512-1-SSP/SP e CPF nº 122.325.968-42, domiciliada na Avenida São Carlos, nº 991, Centro, São Carlos/SP e a empresa SUPPORT PRODUTOS NUTRICIONAIS LTDA, inscrita no CNPJ sob nº 01.107.391/0012-63, situada a Avenida A,, nº 321, sala C, Distrito Industrial, Poços de Caldas/MG, CEP 37.701-970, telefone (11) 2192 4502, por seu representante legal, JOSE ARTHUR CAMPANARI LORENZETTI, portador do RG 26.739.549-8 e CPF 220.718.768-30, acordam proceder, nos termos do Decreto Municipal 65/2007 e do Edital do Processo Licitatório em epígrafe, parte integrante do presente instrumento independentemente de transcrição, AQUISIÇÃO DE DIETA ENTERAL OU ORAL PADRÃO ADULTO E INFANTIL, FÓRMULA ISOLADA A BASE DE SOJA E FÓRMULAS LÁCTEAS 1º E 2º SEMESTRES PARA ATENDER DEMANDA DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE AOS PACIENTES CADASTRADOS NO PROGRAMA DE ACOMPANHAMENTO NUTRICIONAL, CONFORME ESTABELECIDO EM PORTARIA SMS Nº.11.2018 E PACIENTES ATENDIDOS PELAS SECRETARIAS DE CIDADANIA E ASSISTÊNCIA SOCIAL E DE AGRICULTURA E ABASTECIMENTO POR ATA DE REGISTRO DE PREÇOS, constantes nos anexos que acompanham o Edital, nas condições abaixo:

Lote	Item	Descrição	Quantidade	Unidade	Preço Unitário (R\$)	Preço Total (R\$)
2	1	DIETA ENTERAL PADRÃO INFANTIL. Marca Danone.	4.350.000	Gramas	0,0789	343.215,00
3	1	FÓRMULA INFANTIL 1º SEMESTRE. Marca Danone.	3.900.000	Gramas	0,0813	317.070,00
4	1	FÓRMULA INFANTIL 2º SEMESTRE. Marca Danone.	9.750.000	Gramas	0,0627	611.325,00
						1.271.610,00

### DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

O licitante que deixar de entregar quaisquer documentos exigidos no Edital ou apresentar documentação falsa para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não manter a proposta ou lance, não celebrar a Ata, falhar ou fraudar a execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedido de licitar e contratar com a Administração Pública Municipal, pelo prazo de até 05 (cinco) anos, garantida a prévia defesa, sem prejuízo das multas previstas em Edital e no contrato e das demais cominações legais.

O licitante sujeitar-se-á, ainda, às sanções administrativas de:

- a.1) advertência;
- a.2) multa;
- a.3) suspensão temporária do direito de licitar com a Administração Pública Municipal, bem como o impedimento de com ele contratar, pelo prazo de até 05 (cinco) anos, em especial na hipótese de descumprimento integral de uma Ordem de Fornecimento ou descumprimento parcial de mais de uma Ordem de Fornecimento;
- a.4) declaração de inidoneidade;

As sanções de suspensão e declaração de inidoneidade poderão ser cumuladas com multa, sem prejuízo da rescisão da Ata;

As multas poderão ser cumulativas, reiteradas e aplicadas em dobro, sempre que se repetir o motivo.

Ocorrendo atraso na execução do objeto contratado será aplicada multa moratória de **0,3%** (zero vírgula três por cento) por dia de atraso, até o limite de **20%** (vinte por cento) sobre o valor total do pedido.



# Prefeitura Municipal de São Carlos

## Equipe de Apoio ao Pregão Eletrônico

2

No descumprimento de quaisquer obrigações licitatórias/contratuais, poderá ser aplicada multa indenizatória de 10% (dez por cento) do valor total do objeto licitado.

A multa, aplicada após regular processo administrativo, será descontada da(s) fatura(s), cobrada judicialmente ou extrajudicialmente, a critério do Município.

Da intenção de aplicação de quaisquer das penalidades previstas, será concedido prazo para defesa prévia de 05 (cinco) dias úteis a contar da notificação, exceto nos casos em que a sanção for estabelecida com base no inciso IV do artigo 87 da Lei Federal nº 8.666/93, devidamente atualizada, onde há prazo de 10 (dez) dias para apresentação de defesa pelo interessado, a contar da abertura de vista do respectivo processo, nos termos do artigo 87, §3º da mesma lei.

Da aplicação da sanção administrativa caberá recurso no prazo de 5 (cinco) dias úteis a contar da notificação do apenado.

As penalidades serão obrigatoriamente registradas, esgotada a fase recursal, no Cadastro de Fornecedores do Município, no caso de impedimento do direito de licitar e contratar, a empresa licitante terá seu cadastro cancelado por igual período.

Fica a Contratada obrigada a dar cumprimento aos direitos trabalhistas previstos na legislação em vigor e em normas coletivas pertencentes aos trabalhadores que vierem a ser utilizados para a execução do objeto contratado, empregados das contratadas e também de quaisquer subcontratadas, e, em caso de descumprimento ficará sujeita necessariamente à denegação do contrato e retenção dos pagamentos devidos se em mora salarial (atraso no pagamento e/ou das verbas rescisórias).

Fica declarado que o preço registrado na presente Ata é válido pelo prazo de 12 (doze) meses, contados a partir da sua data de assinatura.

São Carlos, 20 de setembro de 2023

**Jôra Teresa Porfírio**  
Secretária Municipal de Saúde

**Jose Arthur Campanari Lorenzetti**  
Support Produtos Nutricionais Ltda

\_\_\_\_\_  
Testemunha

\_\_\_\_\_  
Testemunha

Nome:  
RG:

Nome:  
RG